

Os sentidos do anacronismo

The meanings of anachronism

Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves ^a

E-mail: bru.galeano@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4140-9588> 

^a Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O objetivo deste balanço é sintetizar o que foi escrito nas últimas décadas sobre o conceito de anacronismo em diferentes campos do conhecimento. O panorama oferecido revela que o anacronismo compreende vários significados (dentre eles: atribuição conceitual, ferramenta heurística, tabu profissional e índice de consciência histórica) e que existem estratégias para lidar com ele (criação de tipologias e critérios de admissão, reafirmação do tabu, crítica radical, entre outras). Além disso, o conceito desempenha papel de grande importância nas disputas intelectuais, cuja reflexão oferece uma ocasião privilegiada para o exercício de poder sobre a historiografia. Conclui-se que o anacronismo é um conceito polissêmico, duradouro e polêmico, e que seu valor normativo parece comprometer o estudo de sua história.

PALAVRAS-CHAVE

Anacronismo; Conceito de História; Teoria e História da Historiografia.

ABSTRACT

This review aims to summarize the written production on the concept of anachronism in distinct fields of knowledge in recent decades. This overview shows anachronism is given several meanings (e.g., conceptual attribution, heuristic tool, professional taboo, and index of historical consciousness) and reveals strategies for dealing with it (e.g., the establishment of typologies and admission criteria, reaffirmation of the taboo, and radical criticism). Anachronism also plays a critical role in intellectual disputes and thinking about this concept provides an opportunity to rule over historiography. The conclusion is that anachronism is a meaningful, lasting, and polemical concept, whose normative value seems to undermine its own historical investigation.

KEYWORDS

Anachronism; Concept of History; Theory and History of Historiography.

O anacronismo é um conceito familiar aos historiadores de formação e dele se costuma lançar mão de modo intuitivo. Essa familiaridade é, porém, enganosa e não se pode dizer que o anacronismo seja propriedade dos historiadores de formação ou conceito autoevidente. Em primeiro lugar, ele transita por diferentes debates e disciplinas, como a História da Ciência, a Teoria Política, a História da Arte, a Filosofia e a Ética, a Estética e os Estudos Literários. Nesses diferentes campos, engendra problemas particulares, ganha novos sentidos e serve de argumento em disputas por métodos, autores e fronteiras disciplinares. Em segundo lugar, a reflexão a seu respeito, salvo exceções pontuais (SPOERHASE, 2004; ROOD; ATACK; PHILIPS, 2020), está dispersa em artigos, capítulos, coletâneas, ensaios, conferências e em textos sobre outros assuntos. E mesmo essas reflexões partem com frequência de pressupostos e definições arbitrárias sobre o conceito, estabelecendo diálogo com esse ou aquele texto em particular, mas sem um olhar abrangente sobre o conjunto da literatura a respeito do anacronismo.

Diante disso, propõe-se uma revisão dessa literatura e que se entenda por sentidos do anacronismo tanto os significados atribuídos ao conceito quanto os caminhos percorridos por ele. O objetivo principal é descrever e organizar o que se falou sobre o anacronismo, sobretudo nos últimos trinta anos. Pretende-se assim oferecer uma visão de conjunto que contribua para adensar o debate teórico sobre o assunto e instigue futuras pesquisas históricas a respeito. Para tanto, foi preciso selecionar uma multiplicidade de textos e evitar que essa seleção fosse puramente arbitrária ou, pior ainda, destinada ao fracasso pela possibilidade infinita de aprofundá-la. Sabe-se que discutir o anacronismo pode invocar tradições intelectuais inteiras e trazer problemas da maior profundidade, porém não é possível representar tudo isso num balanço. Optou-se por lidar basicamente com textos que trataram do conceito de anacronismo de forma explícita e literal e somou-se pontualmente ao conjunto outros textos referenciados por essa literatura. O material reunido foi descrito e organizado em torno de quatro eixos, tendo em vista destacar os sentidos e os problemas particulares suscitados pelo anacronismo: entendimento histórico, poética, prática do historiador e história do conceito.

A despeito das particularidades das definições atribuídas ao anacronismo, dos problemas suscitados por ele e dos ambientes disciplinares e linguísticos em que transitou o conceito, a maioria dos autores reunidos neste panorama buscou normatizar a prática dos historiadores e os produtos dela a partir de suas reflexões sobre o assunto. Falar sobre o anacronismo surge como ocasião privilegiada para exercício de poder, isto é, uma espécie de ato normativo que generaliza premissas e abordagens específicas a dado autor e faz delas elementos desejáveis para a historiografia como um todo. Suspeita-se que a possibilidade de se utilizar o anacronismo dessa maneira seja central

para explicar por que o conceito mantém até hoje a condição de categoria analítica e é tão pouco convidativo à investigação histórica acerca dos seus próprios sentidos e usos. Busca-se aqui evitar essa tendência.

Anacronismo e entendimento histórico

O anacronismo foi encarado frequentemente como um obstáculo a se superar. David Hackett Fischer (1970, p. 132-5) definiu-o como qualquer descrição, análise ou juízo sobre um evento que situe tal evento num ponto do tempo distinto daquele que, de fato, ocorreu – se o evento tiver ocorrido antes, o erro é chamado “pedantemente” de procronismo, e se depois, metacronismo (FISCHER, 1970, p. 133). Entendido como falácia, o anacronismo deveria ser identificado, expurgado ao máximo e estipuladas regras racionais para lidar com esse problema argumentativo do conhecimento histórico (FISCHER, 1970, p. xvii-xviii).

Na mesma época, Quentin Skinner (1969) fazia da crítica ao anacronismo o cavalo de batalha para desafiar uma história das ideias fundada na autonomia dos textos e no valor atemporal dos clássicos. Os anacronismos implícitos nesse modo de fazer história comprometeriam a recuperação do sentido dos textos nos termos disponíveis aos agentes históricos. Essa “ortodoxia” historiográfica foi subdividida em “mitologias” (entre 4 e 19 delas), caracterizadas por diferentes anacronismos (SYRJÄMÄKI, 2011, p. 93-118). Skinner mencionava expressamente o anacronismo ao caracterizar os equívocos da mitologia da doutrina e da mitologia da coerência. No primeiro caso, a busca por um conjunto particular de ideias em cada autor colocaria as biografias e as histórias das ideias sob o risco de anacronismos absolutos (SKINNER, 1969, p. 7-12). Enquanto as biografias tomariam semelhanças de vocabulário como prova de que certos sujeitos fizeram descobertas que sequer tinham condições linguísticas de enunciar, as histórias das ideias despreveriam o movimento histórico de entidades intelectuais, imputando uma dose de presciência a determinados agentes considerados visionários. No segundo caso, a mitologia da coerência orientaria o historiador do pensamento a classificar autores de acordo com a consistência sistemática de cada um deles. Como desdobramento disso, seria autorizado ao historiador, em flagrante anacronismo, completar lacunas nos textos e desfazer eventuais contradições argumentativas (SKINNER, 1969, p. 16-22).

Skinner foi tomado, explícita ou implicitamente, como o grande expoente de uma orientação contextualista na interpretação das obras de pensamento por várias reflexões sobre o anacronismo, sobretudo em língua inglesa. Tais respostas a Skinner se

utilizaram de algumas estratégias para lidar com o anacronismo no âmbito da História Intelectual, da Filosofia e Pensamento Político e, principalmente, da História da Ciência.

Um primeiro tipo de resposta foi fazer o problema do anacronismo desaparecer por decreto. Definido como resultado indesejável de um exercício de predicação, o anacronismo deixaria automaticamente de ser objeto de polêmica caso fossem alterados alguns pressupostos na compreensão dos conceitos em geral. Para Mark Bevir (2004), o problema seria resolvido pela adoção de um “princípio de individualismo procedimental”, isto é, o entendimento de que os conceitos seriam atribuídos sempre a alguém em particular, incluindo o próprio historiador. Tal princípio autorizaria a dar aos textos significados indesejados ou inacessíveis aos seus autores, bem como dissolveria o ideal historiográfico de reencenação da vida mental das pessoas do passado. Posteriormente, Bevir (2015) converteu seu princípio numa teoria da história e incorporou o anacronismo ao problema mais abrangente, e historicamente mais recente, da distância histórica: a superação do embate entre modernos e pós-modernos por meio da integração entre fato e teoria, passado e presente, dissiparia a necessidade da discussão desse problema. Já para Branko Mitrović (2011), a imensa maioria das polêmicas entre os historiadores em torno do anacronismo seria tóxica e repetitiva, recolocando sempre a questão se dado conceito poderia ou não ser atribuído a determinada figura histórica. Para o autor, a solução do problema consistia em dois passos: abandonar o pressuposto de que nomes e coisas teriam uma relação exclusiva de referência, isto é, de que existiria uma única denominação adequada para cada coisa; e entender os conceitos como “descrição identificante”, ou seja, dotados de requisitos mínimos de pertencimento. Assim, boa parte das controvérsias simplesmente deixaria de existir, já que uma mesma figura histórica poderia ficar sob a égide de um ou mais conceitos.

Outros tipos de respostas foram: restringir o alcance de Skinner ao plano do método (JARDINE, 2000; TOSH, 2003), encontrar critérios para admitir determinados anacronismos como legítimos (PRUDOVSKY, 1997; JARDINE, 2000; BRUSH, 2004; HADDOCK, 2004; LYNCH, 2004; DUCHEYNE, 2006; BARROS, 2017), e oferecer tipologias para a pluralidade dos anacronismos (CONDREN, 1997; ŠPELDA, 2012). Em muitas dessas respostas, a abordagem de Skinner foi traduzida como aposta radical de entendimento por meio da linguagem dos agentes históricos, de modo que tudo o que extrapolasse essa linguagem seria considerado anacrônico e, portanto, reprovável.

Para Nick Tosh (2003), o sucesso dessa abordagem na História das Ciências seria explicável pela retórica de Skinner. Ela seria hábil em cegar seus leitores e amedrontá-los com uma bateria de exemplos de interpretações anacrônicas. Porém, a argumentação filosófica de Skinner seria menos persuasiva. Ela seria incapaz de

refutar a posição privilegiada dos historiadores para entender os feitos dos agentes do passado, bem como para oferecer explicações para processos históricos imperceptíveis aos agentes. Esse privilégio repousaria em algo exterior à linguagem, no movimento unidirecional e inegável da flecha do tempo (TOSH, 2003, p. 652-653) – fenômeno nem sempre entendido de maneira tão inequívoca (GASKILL, 2006). O que estava em jogo na crítica a Skinner era a natureza e a extensão da História da Ciência. Para Tosh, era uma história fundamentalmente centrada no presente: ao historiador da ciência estariam disponíveis quaisquer categorias que bem explicassem as ações no passado, estivessem ou não à mão dos sujeitos da época. E, completava Tosh, seria um imperativo para o historiador da ciência recusar a concepção de agência de Skinner, já que ela, vinda de fora da História da Ciência, estaria restrita exclusivamente às interações humanas e transformaria qualquer causalidade de fato em mero acidente histórico (TOSH, 2003, p. 655-658).

Já Nick Jardine (2000) definiu o anacronismo como “anotropismo”, isto é, uma forma particular de estar fora de lugar, e saiu em defesa da legitimidade de se utilizar categorias disponíveis no presente para justamente evitar essa inadequação e recuperar o sentido histórico dos atos do passado. Para ele, escapar desse anotropismo exigiria identificar os pressupostos dos atos intelectuais e sociais dos agentes históricos à luz de todo um sistema de ideias ou modo de vida. E esse sistema ou modo de vida não poderia ser expresso exclusivamente nos termos dos agentes históricos (JARDINE, 2000, p. 253-259). O anacronismo seria ilegítimo, portanto, quando não houvesse finalidade no seu uso ou quando o historiador rejeitasse o compromisso de investigar os pressupostos intelectuais e sociais dos agentes do passado (JARDINE, 2000, p. 259-266). Nesse segundo caso, não haveria regra geral sobre quais categorias admitir legitimamente na reconstituição dos pressupostos da ação histórica, mas apenas orientações práticas sobre como fazê-lo caso a caso. Jardine propunha uma maneira de fazer história que seria mais ou menos condizente com determinadas abordagens da História da Ciência: enquanto seria prejudicial para uma história didática da ciência, a reconstituição racional ou o construtivismo, ela favoreceria a história das mentalidades, a história de gênero, a sociologia histórica e a história da cultura material (JARDINE, 2000, p. 265).

Essa busca por critérios de admissão do anacronismo é usual nas reflexões no âmbito da História da Ciência. Gad Prudovsky (1997), por exemplo, examinou um episódio emblemático de atribuição conceitual nessa historiografia: o uso feito por Alexandre Koyré de um conceito, o de massa inercial, para reconstituir o pensamento de Galileu, embora ele nunca tenha usado o termo. Também para Prudovsky, a historiografia não se restringiria aos meios linguísticos disponíveis aos agentes e, por isso, o intérprete estaria autorizado a preencher lacunas nos discursos históricos (PRUDOVSKY, 1997,

p. 22-26). Em primeiro lugar, a falta de um conceito poderia ter razão intencional ou acidental, como o temor do agente em se expressar livremente ou por algum deslize argumentativo. Em segundo e mais importante, o recurso ao anacronismo permitiria assinalar o desenvolvimento histórico de um conceito, marcando os primeiros passos de noções que, apenas depois, adquiririam expressão linguística. Restrito apenas à linguagem dos agentes, o historiador da ciência não teria meios para descrever, como fizera Koyré, desenvolvimentos históricos e revoluções conceituais como algo mais do que epifenômenos de mudanças sociais (PRUDOVSKY, 1997, p. 27-31).

Posteriormente, Steffen Ducheyne (2006) retomou o mesmo problema da atribuição conceitual feita por Koyré. Seu ponto era simples: não se deveria atribuir conceitos olhando apenas para a totalidade deles. A atribuição consistiria num exercício comparativo das partes constituintes dos conceitos. Sendo assim, no caso em questão, apenas uma identidade parcial poderia existir entre a noção de inércia de Galileu e o conceito científico de massa inercial (DUCHEYNE, 2006, p. 278-285). A busca por identidades parciais abriria um espaço intermediário entre as ideias dos agentes e as categorias do analista. Nele, seria possível listar os conteúdos de cada conceito, compará-los e até mesmo quantificar as semelhanças e diferenças (DUCHEYNE, 2006, p. 285-90). Assim, certas atribuições conceituais seriam menos ou mais anacrônicas e legitimadas pela capacidade de tornar inteligíveis os agentes do passado. Não se poderia esquecer que os conceitos teriam uma dimensão comunicativa e, no que diz respeito a ela, talvez seria melhor recorrer a algum anacronismo didático em vez de lançar mão de mitos da historiografia (BRUSH, 2004) ou reconhecer o caráter intuitivo da atribuição conceitual para os historiadores (BARROS, 2017).

À luz dessas críticas, Daniel Špelda (2012) se utilizou de uma tipologia fundada no anacronismo para agrupar boa parte dos trabalhos em História da Ciência. A partir de duas modalidades de anacronismo (conceitual e relacional), ele identificou três tipos comuns de anacronismo nessa historiografia: a transferência de matriz disciplinar, que consistiria no recurso da ciência contemporânea para explicar investigações pretéritas; a avaliação de determinadas obras segundo sua importância posterior; e o estabelecimento retrospectivo de conexões temporais teleologicamente orientadas (ŠPELDA, 2012, p. 94-111). O autor destacava ter escolhido seus exemplos de maneira aleatória e dizia que eles não deporiam contra a qualidade profissional dos trabalhos selecionados (ŠPELDA, 2012, p. 93). Apesar disso, é difícil negar que o anacronismo oferecia não apenas o critério constitutivo para uma tipologia, mas ainda criava a ocasião para classificar e julgar a produção de toda uma disciplina.

Anacronismo e poética

Se até aqui o anacronismo foi entendido como um obstáculo ao conhecimento, tomando a forma de atribuição conceitual equivocada, abordá-lo de outro modo exigia uma definição diferente. Annette e Jonathan Barnes (1989) rejeitaram que o anacronismo pudesse ter qualquer virtude epistêmica enquanto tivesse a definição de dicionário, isto é, erro de cronologia. Para eles, o uso da linguagem evidenciava que o anacronismo não seria um erro de datação, mas uma impossibilidade histórica que, nas mãos de um artista, poderia se tornar uma mistura de tempos frutífera, como, por exemplo, em *Júlio César* (Ato II, Cena I) de William Shakespeare, quando um relógio mecânico anuncia a morte iminente do líder romano.

Ao se deslocar para os Estudos Literários e a História da Arte, o balanço revela que o conceito de anacronismo foi incorporado a questões sobre verdade e verossimilhança e a duração dos objetos artísticos. É na alçada das artes que o anacronismo adquire sentido existencial proeminente, entendido como desdobramento engenhoso da dimensão temporal da condição humana (MOST, 2004), e a reflexão alcança uma radicalidade notória. Novamente, não é proposto aqui esgotar qualquer discussão ou se aprofundar em debates inerentes a essas áreas, mas apenas mapear argumentos e estratégias usados para lidar com o assunto diante de anacronismos tão famosos, como o relógio de Shakespeare, o retrato dos filósofos antigos de *A Escola de Atenas* de Rafael Sanzio ou as *madeleines* de Marcel Proust.

Nesse âmbito, a tipologia é também um recurso comum. Ela permite classificar o anacronismo na pluralidade de suas formas e, principalmente, apontar para experiências e arranjos distintos do tempo, alguns deles dignos de celebração.

Um exemplo é Thomas Greene. Preocupado em caracterizar minuciosamente os procedimentos de imitação do humanismo renascentista, Greene (1982) associou a criatividade literária ao anacronismo. O projeto humanista de reviver a Antiguidade seria resposta particular para uma condição universal: o passado chegaria sempre incompleto e restaurá-lo criaria nova incompletude. Identificáveis na poesia de Petrarca, os tipos de imitação humanista (reprodutiva ou sacramental, eclética ou explorativa, heurística e dialética) trariam sempre consigo alguma maneira de encarar a distância histórica. A mais efetiva delas, do ponto de vista literário, seria a imitação dialética, que transformaria o anacronismo numa “fonte dinâmica de poder artístico” (GREENE, 1982, p. 46). Quatro anos depois, Greene (2002) ampliou esse quadro e organizou a produção artística do Renascimento à luz de cinco tipos de anacronismo: o ingênuo, resultante de uma cultura desprovida de sensibilidade histórica; o abusivo, expressão

grosseira e inapropriada de consciência histórica; o anacronismo feliz ou fortuito, isto é, quando um equívoco histórico produziria alguma obra notória; o criativo, presente nas melhores obras e resultante de emulação do passado; e o anacronismo patético ou trágico, que lamentaria a degradação das coisas e concluiria fatalmente que o anacronismo (ou seja, a perda de atualidade) seria um destino inevitável. Para Greene, anacronismo criativo e trágico disputariam, no bojo da consciência histórica moderna, a vitalidade da arte na sua relação com a história.

O anacronismo surge frequentemente na literatura examinada como subtexto ou intertextualidade, bem como meio de resistência à cronologia e atualização permanente da criatividade artística. Sob a égide do texto, apresenta-se como figura de linguagem que permitiria ao artista se apropriar do passado e, num choque de temporalidades, fundi-lo ao presente (ARNOVICK, 1993; LUZZI, 2009; STRAND, 2013). Exemplo disso seriam as apropriações da ode famosa de Catulo à Lésbia, feitas tanto por Ben Jonson na Inglaterra do século XVII quanto por Primo Levi em meio ao Holocausto (GREENE, 1982, p. 52; LUZZI, 2009, p. 76). A invocação do poeta romano traz a lírica da fruição imediata do amor, porém efeitos estéticos peculiares são produzidos ao invocá-lo em contextos tão diferentes.

É nesse anseio por liberdade e diálogo com o passado que estão fundadas reflexões sobre usos criativos do anacronismo. Para Jeremy Tambling (2010), o anacronismo deliberado resistiria à cronologia na pintura, escultura, literatura, dramaturgia e música, e a melhor síntese ficcional de um anacronismo poético seria o Pierre Menard de Jorge Luís Borges. Nele, a opção literária pela verdade apareceria como performance e, no interior dela, os atos de ler e escrever, de criar e compor, criaram uma maneira anacrônica de pensar e agir (TAMBLING, 2010, p. 12-13; OLIVEIRA, 2016). No anacronismo poético se daria a decomposição e o deslocamento de formas e significados, diante do que a obra perderia unidade substancial e identificação com o contexto de produção. Entendida como texto, a obra traria todas as suas leituras e, por consequência, todos os seus tempos. Nessa perspectiva, o anacronismo deliberado seria ferramenta máxima de intertextualidade. Já na música, segundo Tambling, o anacronismo surgiria como contra ritmo, não sendo antítese da cronologia, mas uma dissonância no interior dela, tal qual o acaso poderia subsistir no interior do destino, e assim serviria de matéria-prima tanto para a criação artística quanto para uma história a contrapelo (TAMBLING, 2010, p. 14-22; 149-50).

A circunscrição de um anacronismo poeticamente desejável aponta para uma reformulação radical da historicização da arte e da interpretação histórica em geral. É o

que fez, nos anos 1990, Georges Didi-Huberman (2017), ao escrever tanto um ensaio sobre o anacronismo quanto um manifesto de como fazer História.

Didi-Huberman se propôs, na História da Arte, a superar uma “longa tradição teórica” de interpretação, que teria se organizado, no século XX, em torno de Erwin Panofsky. Seria preciso superá-la em razão de sua insuficiência para lidar com a complexidade temporal das obras de arte. Essa constatação foi introduzida pelo autor na forma de uma epifania: ao observar uma parte do afresco de Fra Angelico no Convento de São Marcos, em Florença, Didi-Huberman teria se recordado da *action painting* do artista contemporâneo Jackson Pollock (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 18-19). Aquele pedaço de pano avermelhado, cheio de manchas erráticas semelhantes a fogos de artifícios teria permanecido invisível aos historiadores da arte e não poderia ser explicado do modo convencional. Usualmente, se buscaria a “consonância eucrônica” entre forma e tempo, isto é, o historiador da arte recorreria a fontes históricas da época do artista e delas tiraria a chave para a interpretação formal da obra. Porém, no caso do afresco de Fra Angelico, essa consonância se mostraria insuficiente e seria preciso recorrer ao anacronismo para lidar com a policronia dos objetos artísticos (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 25-28).

Aparecem no texto três sentidos para o anacronismo. O primeiro é como mal-estar do método. O anacronismo surge como fenômeno, isto é, uma ocasião inquietante que iria contra a interpretação eucrônica (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 27). Na epifania de Didi-Huberman, o anacronismo figura como soberano, intuitivo e irresistível, e a partir da abertura fenomênica instaurada por ele, desdobra-se um segundo sentido, que consiste na complexidade temporal das obras de arte. O anacronismo revelaria ao historiador uma montagem de tempos inerente aos objetos artísticos, organizada de maneira semelhante à memória e capaz de extrapolar o contexto de produção (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 23-26). Do anacronismo-fenômeno se chegaria ao anacronismo-constitutivo das obras de arte (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 16). Nesse ponto, a investigação apenas poderia prosperar com a superação de um terceiro sentido. O anacronismo seria também a parte maldita das disciplinas históricas, uma verdadeira “pedra no sapato”, e enquanto tal existiria como impensado, tendo destaque na prática disciplinar cotidiana, mas ignorado nos manuais (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 33-34). A superação do impasse entre a potencialidade heurística do anacronismo e a interdição a ele na pesquisa histórica exigiria da História da Arte uma mudança de paradigma e a recuperação de um autor em especial, Aby Warburg.

O anacronismo conteria tanto a cronologia quanto seu contra ritmo e, por isso, seria capaz de interromper simultaneamente o movimento das formas e a sucessão do

tempo (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 44). Ao produzir essa suspensão, o anacronismo convidaria o historiador a investigar um tempo profundo, descontínuo e repetitivo que dialogaria com a poética. As obras de arte surgiriam, sob o prisma do anacronismo, como “sintoma” de uma espécie de inconsciente coletivo. Aqui, Didi-Huberman se aproximava de Carlo Ginzburg, outro interessado em Warburg, ao mesmo tempo que se utilizava da reflexão sobre o anacronismo para reivindicar a primazia de uma tradição específica na fundação de outro paradigma de pesquisa histórica.

Em meados dos anos 1960, Ginzburg (2007a) enfatizou o caráter incompleto, fragmentado e ambicioso da obra de Warburg, cujo lema “Deus está no particular” conjugaria a particularidade da iconografia à profundidade da mentalidade ou da psicologia histórica. Porém, argumentava Ginzburg, o “transplante” da biblioteca e do pensamento de Warburg para o meio acadêmico anglo-americano teria resultado na metodologização de suas ideias. No caso de Panofsky, um dos principais herdeiros de Warburg, isso teria levado ao abandono da principal preocupação do mestre alemão (a relação profunda entre forma e tempo) em favor da segurança da descrição iconográfica das obras (GINZBURG, 2007a, p. 65-70). Posteriormente, no final dos anos 1970, Ginzburg (2007b) acomodou o legado de Warburg dentro do “paradigma indiciário”, que teria emergido justamente na época do autor, isto é, no final do século XIX, e seria capaz de reorganizar as ciências humanas em torno da experiência particular, da intuição sensorial e da universalidade. Para isso, seria preciso abandonar o “paradigma galileano”, cujo apelo à abstração e quantificação condenaria o conhecimento individualizante como “antropocêntrico, etnocêntrico” (GINZBURG, 2007b, p. 164) e, poderia se acrescentar, anacrônico.

Essa reivindicação do anacronismo permitiu a Maria Bernardete Ramos Flores (2014) explicar a recepção do modernista Ismael Nery na arte contemporânea brasileira e fundamentou a interpretação de Alexander Nagel e Christopher Wood (2005, 2010) dos objetos artísticos do Renascimento. No último caso, os dois autores rejeitaram a ideia de Panofsky de que a criatividade artística renascentista seria essencialmente performativa, isto é, uma sacração da individualidade, bem como a diferenciação entre bons e maus anacronismos. Interessava a eles uma chave mestra para todos os anacronismos da época. Segundo Nagel e Wood, a arte renascentista surgiria numa dupla historicidade: os objetos artísticos seriam admiráveis tanto enquanto fabricações do presente quanto por atestarem certa antiguidade. Ao princípio performativo de Panofsky deveria se somar um princípio de substituição, de acordo com o qual cópias e acréscimos feitos às obras de arte se converteriam em substitutos e partes efetivas delas. Os objetos artísticos do Renascimento teriam sido formados na dialética entre tempo cronológico e tipológico, isto é, entre o tempo irremediavelmente passageiro e o tempo sempre atualizado das

formas e significados. Tais objetos ocupariam alguma posição entre dois extremos: de um lado, as relíquias que não poderiam ser substituídas e, de outro, os textos cuja autenticidade não dependeria de algum livro em particular. O modelo de Nagel e Wood buscou dar conta da duração propriamente artística dos objetos ao extrapolar os marcos cronológicos do Renascimento. Todavia, para Matthew Bowman (2014), ao excluir o futuro de sua análise e restringi-la a apenas dois momentos (o passado da obra e o instante da sua criação), Nagel e Wood não superaríamos a melancolia de uma História da Arte obrigada a viver “a perda sem um objeto perdido”, resultado do distanciamento entre sujeito e objeto traduzido, erroneamente, em termos cronológicos.

Anacronismo e a prática do historiador

Até agora, o balanço revelou sentidos particulares do anacronismo (falácia, predicação e atribuição de conceito, atualização do passado, mistura e arranjo de tempos, abertura fenomênica e ato criativo deliberado) e apresentou estratégias e tentativas de normatizar a pesquisa histórica a partir dele (mudança de pressupostos, redução do apelo ao contexto, tipologias e admissão heurística do anacronismo). Toda essa variedade existe, no entanto, à luz do anacronismo enquanto tabu profissional. É como interdição sacralizada que ele regula as relações dos historiadores e do saber histórico com o que lhes é externo.

Embora muito criticada pela literatura, a regra de se evitar o anacronismo não está obsoleta. Na virada do século, ela foi reafirmada em contextos políticos e sociais diversos, como no leste da Europa, nos Estados Unidos, Austrália e Colômbia (HOBBSAWM, 1998; HUNT, 2002; OLDROYD, 2006; SILVA OLARTE, 2009). Em todos esses casos, apelou-se a ela para preservar o trabalho dos historiadores da instrumentalização política. Na Austrália, por exemplo, a interdição ao anacronismo foi mobilizada pelo conservadorismo político para confrontar, na opinião pública, interpretações históricas pretensamente ideológicas que denunciavam o genocídio dos aborígenes na Tasmânia. Mesmo a oposição ao tabu do anacronismo reconhece seu poder de fixar fronteiras: o zelo historiográfico ameaçaria o saber histórico de se tornar inútil, isolando os historiadores dos demais especialistas, afastando-os da sociedade e das responsabilidades para com ela (LESLIE, 1970; RUBIN, 2017). O tabu do anacronismo se torna, do ponto de vista ético, uma questão sobre como lidar com a alteridade (TOLENTINO GARCIA, 2017) e, do ponto de vista sociológico, indica quão fechada é ou deveria ser uma disciplina.

O anacronismo se apresenta como pecado para os historiadores, uma afronta à verdade e ao bem. Lorraine Daston (2006) qualificou-o como “provincianismo da

mente”: tal qual o etnocentrismo dos antropólogos e o antropocentrismo dos biólogos, o anacronismo faria ruir as bases epistemológicas e éticas da profissão. Para Aviezer Tucker (2006), esse provincianismo tomaria a forma de uma cultura a ser combatida. Segundo o autor, enquanto o olhar retrospectivo seria uma virtude epistêmica marcada pela diligência, coragem, ação e pela capacidade de comparar hipóteses e avaliar fontes históricas, o anacronismo não passaria de um vício, cheio de covardia e preguiça, incapaz de julgar hipóteses e vestígios do passado (TUCKER, 2006, p. 312-315). O anacronismo atrairia pessoas iletradas do ponto de vista histórico, versadas numa única língua e cultura, apegadas à literalidade; em oposição, a retrospectiva produziria uma cultura globalizada, letrada, versátil e virtuosa (TUCKER, 2006, p. 316-317).

Tal é a importância do anacronismo entre os historiadores, que Conal Condren sugeriu adotá-lo como elemento de continuidade para a história da historiografia. Apesar disso, furtou-se a investigar a persistência do anacronismo como acusação (CONDREN, 2004, p. 292-293). Acusações de anacronismo são frequentemente entendidas como efeito de algum tipo de incompreensão. Porém, é justamente aí que o anacronismo adquire conteúdos específicos e se mostra como tabu. Piet Blaas (1978) mostrou, por exemplo, como a preocupação com o anacronismo na Inglaterra do começo do século XX não foi uma genérica tomada de consciência: tratava-se de uma ofensiva contra a historiografia vitoriana. E talvez não seja porque aquele apelo à cientificidade tenha saído de moda que o anacronismo deixou de ter lugar nas disputas entre historiadores.

Um exame breve da chamada escola dos *Annales* e alguns de seus tributários mostra como falar sobre o anacronismo evoca ambições epistemológicas, envolve a deferência a certas figuras e põe em disputa o programa e afinidades dessa tradição.

A enunciação mais conhecida do tabu do anacronismo foi feita por Lucien Febvre no ataque ao historiador da literatura Abel Lefranc. O motivo era a atribuição da qualidade de ateu a François Rabelais. *O problema da incredulidade no século XVI* é uma acusação gigantesca de anacronismo que não pedia ao réu a emenda dos erros ou se contentava em estabelecer o que seria dito posteriormente sobre o assunto. Ela exigia a conversão a uma profissão de fé e reivindicava o domínio das ideias para um tipo de historiador.

A caracterização do anacronismo como “pecado dos pecados” e “o pecado entre todos imperdoável” (FEBVRE, 2009, p. 33) não era propriamente nova – em 1910, por exemplo, o anacronismo foi chamado de “idolatria” ao se condenar leituras atualizadoras de Shakespeare (STOLL, 1910). O que esse recurso ao vocabulário religioso sugere é tanto o moralismo embutido nas acusações de anacronismo quanto a possibilidade de confessionalizar os historiadores por meio delas. Febvre considerou a tese de Lefranc uma

“quimera”, “absurda e anacrônica” e que incorreria no mais ridículo anacronismo: “é, no domínio das ideias, munir Diógenes de um guarda-chuva e Marte de uma metralhadora” (FEBVRE, 2009, p. 306). O absurdo em dar um guarda-chuva para Diógenes ou uma metralhadora a Marte não está apenas em fazer coexistirem todas essas coisas, mas ainda, e principalmente, contrariar a pobreza virtuosa de Diógenes e a bravura militar de Marte. O anacronismo deporia contra a coerência dos sujeitos históricos e o sentido de suas ações, que apenas poderia ser capturado por um olhar em perspectiva. O erro de Lefranc estaria em não dispor um cenário ou segundo plano detrás de Rabelais, recusando assim o paralelo entre o ofício do historiador e a prática do pintor ou do fotógrafo (FEBVRE, 2009, p. 32-33). A sobreposição entre sujeito e época permitiria ao historiador julgar as condições de possibilidade disponíveis às pessoas do passado (FEBVRE, 2009, p. 43-4). E, segundo essa lógica, dizer que Rabelais era ateu seria uma ilusão de ótica, um erro anti-histórico (FEBVRE, 2009, p. 386; 390).

Nada disso, porém, fazia de Lefranc um pecador. Apesar do estilo bombástico de Febvre, é possível apenas entrever a transformação da acusação metodológica em falha moral. Febvre assumia ter importado do campo da moral a ideia de suficiência intelectual de cada época (FEBVRE, 2009, p. 33-34) e, a partir dela, pôde pintar em cores mais vivas a acusação: dizer que Rabelais era ateu faria do sujeito ou um covarde que se furtara ao próprio destino ou um doido cujos atos e palavras foram incompreensíveis (FEBVRE, 2009, p. 34-35; 304-305). A liberdade existiria efetivamente sempre dentro dos limites materiais e intelectuais de cada época (FEBVRE, 2009, p. 390-391). E, para Febvre, esses limites eram estreitos. Seu livro foi escrito e publicado durante a ocupação nazista na França “como um ato de fé nos destinos do espírito livre, como uma afirmação dessa vontade de compreender e ‘fazer compreender’” (FEBVRE, 2009, p. 30; 35-36). E dizia, ao expor suas motivações para atacar o adversário, que se não tivesse vivido para ver a tragédia política do país, a simples leitura da introdução de Lefranc às obras completas de Rabelais teria o alertado do que estava por vir (FEBVRE, 2009, p. 30-31). Esse é um trecho obscuro do texto que, embora não permita inferir uma acusação de colaboracionismo, fustiga de modo evidente uma figura então bem estabelecida no meio acadêmico francês e condena sua maneira de fazer história, associando-a à desgraça política da França.

A acusação de Febvre fazia parte do esforço de reivindicar o terreno das ideias e das crenças para os historiadores (e não quaisquer historiadores, mas aos adeptos da história econômica e social). E muito da legitimidade dessa reivindicação residia em evitar o anacronismo para compreender a alteridade dos sujeitos históricos, o que diferenciaria esses historiadores dos outros. Posteriormente, a contestação ao tabu do

anacronismo criou um impasse: o que fazer com a condenação ao anacronismo feita por uma figura tão importante quanto Febvre?

Uma primeira estratégia foi justapor a condenação de Febvre e a crítica ao tabu do anacronismo. Isso acontece na apresentação de Hilário Franco Júnior para a edição brasileira de *O problema da incredulidade no século XVI* (FEBVRE, 2009, p. 9-14). Ao tocar a questão do anacronismo, Franco Júnior não podia, tal qual tinha feito até então, simplesmente celebrar a contribuição de Febvre para a historiografia. Pesava em especial a crítica de Jacques Rancière. Assim, diante da conclusão de que Febvre teria envelhecido nesse quesito, a saída foi admitir a crítica e deixar o assunto para lá, reafirmando em termos gerais a importância e deferência a Febvre e sua obra (FEBVRE, 2009, p. 14).

Outra estratégia foi buscar apoio em Marc Bloch. Esse é um ponto em comum nas reflexões de Nicole Loraux, Carlo Ginzburg e Didi-Huberman sobre o anacronismo (MALDONADO CHAVES, 2016). Bloch é celebrado pela descoberta de um anacronismo psicológico e necessário: o fato de que todo historiador traz consigo sua própria época ao fazer história. A partir daí, foi possível enfraquecer historiograficamente a interdição ao anacronismo e fazer dele um elemento ativo na prática do historiador.

A proposta de Loraux (1992) de um uso controlado do anacronismo prometia aos historiadores ganhos intelectuais e relevância política ao preservar a audácia deles em assumir o presente como motor de seu trabalho. Era isso que diferenciaria Loraux de seus mestres, Jean Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet. A devoção deles ao tabu do anacronismo serviu, nos anos 1950 e 1960, para combater uma ideia eternizada de homem e compreender os gregos nos seus termos, porém às custas do apagamento do próprio historiador. O uso controlado do anacronismo se justificava tanto na denúncia feita por Loraux do efeito paralisante do tabu quanto em duas passagens de *Apologia da História*, de Marc Bloch. Essas passagens forneceram a Loraux, em primeiro lugar, o pressuposto de que existiria algo de imutável “na natureza e nas sociedades humanas”, o que autorizaria supor alguma comensurabilidade entre as épocas, e em segundo, um direcionamento metodológico ao comparar o historiador ao tradutor (LORAUX, 1992, p. 60-61). O recurso a Bloch (e a nenhum outro historiador) permitiu à autora que sugerisse outro modelo para a prática historiográfica, abandonando a analogia com a pintura ou a fotografia em favor da tradução, e propor uma historiografia preocupada com constâncias e repetições (LORAUX, 1992, p. 68). Tudo isso sem abandonar os *Annales*.

Bloch é evocado por Ginzburg como figura de vanguarda no que diz respeito ao anacronismo (GINZBURG, 2012). Ele teria situado o conceito no interior do problema

da nomenclatura: enquanto as palavras seriam as mesmas, os significados mudariam com o tempo. Assim, o historiador deveria escolher entre repercutir acriticamente o vocabulário das fontes ou investigá-las por meio de palavras estranhas a elas. A opção de Bloch pela segunda alternativa era acompanhada pela esperança de que o compromisso do historiador com a alteridade, incrustado no tabu do anacronismo, levasse a uma linguagem descritiva própria à historiografia (GINZBURG, 2012, p. 97-100). Ginzburg discordava desse último ponto. Porém, ao propor outra saída, baseada na Antropologia, dizia ecoar e desenvolver uma passagem ignorada de Bloch (GINZBURG, 2012, p. 106-108). As categorias do observador teriam lugar na formulação de perguntas inevitavelmente anacrônicas, mas à medida que elas recuperassem as categorias do observado, o vocabulário das respostas ganharia espaço no texto do historiador. Para Ginzburg, Bloch teria percebido que o anacronismo se limitava às perguntas, de modo que muito desgaste teria sido evitado se adeptos e adversários do tabu do anacronismo tivessem lido com cuidado o historiador francês.

De maneira semelhante, Didi-Huberman retirou de Bloch dois pressupostos: o anacronismo estrutural na prática do historiador e a convicção de que a História não seria “ciência do passado”, mas poética da memória (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 35-36; 39-42). Porém, diferentemente de Loraux e Ginzburg, a crítica a Febvre era aberta. Didi-Huberman e Jacques Rancière adotavam, a partir de lugares teóricos distintos, uma terceira estratégia: confrontar a interdição de Febvre e torná-la obsoleta.

Didi-Huberman se perguntava como sua proposta prolongava e abria fissuras nas “lições da escola dos *Annales* e da Nova História” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 44). O sucesso da agenda que propunha dependia não apenas de sua sustentação interna, mas ainda das relações estabelecidas com os *Annales*. Didi-Huberman criticou nominalmente expoentes dessa tradição: Febvre, Jacques Le Goff, Robert Mandrou e Georges Duby. Usou um neologismo, “eucronia”, para qualificar o método de pesquisa defendido por Febvre. O apego à eucronia e a impossibilidade de se livrar do anacronismo psicológico ou estrutural, descoberto por Bloch, levaria a uma busca infrutífera por dosagens seguras de um anacronismo entendido como “*pharmakon*”, isto é, capaz de curar ou de liquidar uma historiografia enferma (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 36-38). Além disso, denunciava a barreira criada pelo tabu do anacronismo ao redor da história das mentalidades e da psicologia histórica, a qual excluía modos não francófonos de lidar com o tempo. Admitir o anacronismo abria espaço, na perspectiva de Didi-Huberman, para uma “constelação” de historiadores não acadêmicos de língua alemã, como Warburg, Walter Benjamin e Carl Einstein (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 50-57). E embora isso contradissesse os *Annales*, prolongaria as lições de Fernand Braudel: reforçaria a história problema, o caráter múltiplo dos tempos e heterogêneo das durações (DIDI-HUBERMAN, 2017,

p. 44-45). Assim, desfazer o tabu do anacronismo significava apelar para a exogamia teórica, bem como disputar o usufruto da herança dos *Annales*.

Rancière (2011) fez a crítica mais radical ao “pecado do anacronismo” – e que foi entendida, entre outras coisas, como resposta à crença política em agentes historicamente privilegiados (VOIGT, 2017). Ao contrário do que suporiam os historiadores, a rejeição ao anacronismo seria um esforço para paralisar o tempo e homogeneizar os sujeitos a partir da ideia de época. O tabu do anacronismo seria crucial num regime de verdade que encapsularia a eternidade metafísica no tempo histórico e comprometeria a liberdade na história. Febvre pressupunha que fenômenos e sujeitos históricos manteriam entre si uma mesma relação de pertencimento à qualidade de um período, de modo que o anacronismo contrariaria essa noção de tempo produtor de si mesmo (RANCIÈRE, 2011, p. 28-30). Não estava em jogo se Rabelais fora ateu, mas se poderia sê-lo. O historiador julgaria a possibilidade de existência das coisas (RANCIÈRE, 2011, p. 38) e fazê-lo exigiria transformar o tempo em símile da eternidade, convertendo as épocas em puro-presente, isto é, numa qualidade homogeneamente partilhável. Para Rancière, era preciso confrontar o pecado do anacronismo, pois ele ocultaria aquilo de mais característico à historicidade, o movimento (RANCIÈRE, 2011, p. 47). Rancière usou outro neologismo para marcar posição: “anacronia”. O conceito permitiria viabilizar o interesse dos historiadores pela dessemelhança em relação ao tempo (RANCIÈRE, 2011, p. 49) e afastaria o opróbrio religioso do tabu do anacronismo. Assim, abria-se caminho para uma espacialização do tempo, capaz de qualificar a história como coexistência.

A história do anacronismo

A essa altura, o balanço revela três coisas: o anacronismo tem sentidos diversos (e não excludentes) na literatura, ele foi incorporado a questões distintas em diferentes âmbitos do conhecimento e invocado como tabu em contextos específicos de disputa. Além disso, a maioria dos autores não se furtou de normatizar a prática do historiador a partir da reflexão sobre o anacronismo, propondo definições arbitrárias para o conceito, prescrevendo modos de utilizá-lo e, no limite, avaliando os produtos historiográficos e seus produtores. Foram apresentadas numerosas soluções para os problemas articulados por meio do anacronismo, mas pouco se perguntou na literatura sobre a história dessa categoria – inclusive, a manutenção do estatuto de categoria é central para que o anacronismo seja tomado de maneira a-histórica, examinado em seus pressupostos e nas suas implicações contemporâneas, e se mantenha útil aos embates entre historiadores.

A história do anacronismo forma um eixo menor na literatura. Ela costuma aparecer de maneira fugaz em clivagens ontem/hoje nas reflexões sobre o anacronismo, ao se reconstituir algum grande processo histórico ou quando se fala de figuras que, no passado, invocaram a noção de anacronismo. É o que se vê em Srinivas Aravamudan (2001) e François Dosse (2005). Para o primeiro, as definições dadas por Giambattista Vico ao anacronismo serviam de instrumento para pensar a escrita pós-colonial da história, enquanto a reflexão sobre o uso controlado do anacronismo oferecia, para o segundo, ocasião para encaixar sua proponente, Nicole Loraux, numa longa tradição metódica francesa que remeteria à Idade Moderna. Em ambos os casos, embora haja apelo ao passado, a história do conceito de anacronismo fica em segundo plano.

Peter Burke é exemplo de um esforço duradouro de enfrentar essa história e das dificuldades envolvidas em interpretá-la.

No final dos anos 1960, Burke (1969) delineou os contornos gerais dessa história, e nela, o Renascimento era ponto de inflexão. Teria existido ali um pensamento histórico próprio e passível de reconstituição sob o guarda-chuva do conceito de “sensibilidade histórica”. Debaixo dele, três fatores: a sensibilidade ao anacronismo, a atenção com as evidências e o interesse pela causalidade. Tal é a importância do primeiro fator que, ao longo do texto, a sensibilidade ao anacronismo costuma ser identificada com a totalidade da ideia renascentista de história. Essa sensibilidade estaria na vida cultural da época: no movimento antiquário, no estudo crítico das leis, na descoberta da história da religião, da literatura e da arte, bem como no interesse pela cronologia, “o aspecto mais técnico da nova sensibilidade” (BURKE, 1969, p. 21-49). Ela se tornaria mais evidente pelo contraste com as experiências de tempo na Idade Média, China e Grécia antigas, e nas “sociedades primitivas” (BURKE, 1969, p. 1; 145-148; 138-139; 18-19). Porém, apesar de fundamental aos renascentistas, a sensibilidade ao anacronismo seria uma atitude partilhada, em maior ou menor grau, com os antigos romanos e com os românticos do século XIX (BURKE, 1969, p. 139-141; 144). À luz da comparação histórica, Burke concluía: a consciência do anacronismo é um fenômeno cultural europeu, resultado provável da interação entre rápida mudança social e acesso amplo à escrita (BURKE, 1969, p. 144; 149).

Nas últimas décadas, Burke revisitou essa interpretação em vários textos (BURKE, 2006; 2011; 2013a; 2013b). O essencial do argumento foi mantido: existiria, entre os séculos XV e XVII, uma ideia específica de história. Mas afirmá-lo trazia dificuldades. Antes de tudo, era preciso situar-se historiograficamente. A ideia de um pensamento histórico renascentista remeteria, em grande medida, aos estudos sobre a arte e o pensamento humanista feitos por Warburg e seus herdeiros. Além

disso, nomear essa percepção de tempo exigiria escolher um nome dentre vários disponíveis ("perspectiva histórica", "sensibilidade antiquária", "espírito arqueológico", "historicismo", "consciência histórica") e traria consigo o incômodo persistente, que pode parecer trivial, de se falar do anacronismo antes que "anacronismo" fosse uma palavra disponível aos modernos. Burke abandonou o paralelo entre a ideia de história do Renascimento e do Romantismo e expressou ceticismo ante à possibilidade de reunir as atitudes renascentistas para com o passado no modelo de historicidade de François Hartog. A história do anacronismo pediria uma explicação mais complexa e menos pretensiosa, que não homogeneizasse os sujeitos históricos e apagasse as disputas entre eles à luz de um único tipo ideal de passado. Para Burke, o sentido histórico do anacronismo poderia ser acomodado no interior da história do distanciamento histórico que mostraria a pertinência do anacronismo ao historiador atual, cujo ofício (semelhante ao do tradutor ou cineasta) exigiria controlar o grau de estranhamento das palavras e gerenciar diversos pontos de vista.

Apesar dessas revisões, persiste o vínculo entre o sentido histórico do anacronismo e a consciência histórica moderna. Falar sobre o anacronismo exige definir quanto do passado pode ser incorporado ao presente e esse não é um passado genérico, mas se trata, no caso da literatura examinada, de um patrimônio reivindicado como ocidental e inerente à modernidade. A Idade Moderna tem lugar de destaque em tais reflexões, feitas majoritariamente por autores europeus e norte-americanos, e não parece ser mero acaso que o conceito de anacronismo apareça frequentemente em interpretações sobre Shakespeare e Galileu, o Renascimento e o Iluminismo.

É comum que momentos da Idade Moderna sejam tomados como pontos de inflexão na história do anacronismo (BLAAS, 2006). É o caso do Renascimento. Assim como Thomas Greene e Peter Burke, Zachary Schiffman (2011) identificou ali a gênese da ideia moderna de passado. Segundo ele, subsistiria no Renascimento uma noção de "passado vivo", que permitiria a exploração criativa do anacronismo pela aproximação dialógica entre presente e passado. Porém, por volta do século XVI, ganhava força o anacronismo enquanto erro de cronologia e esse significado triunfou no fracasso humanista de conciliar o caráter exemplar e histórico da Antiguidade. Ao fim do Renascimento, o passado estaria morto e pronto para ser historicizado.

Outro momento de inflexão na história do anacronismo é o século XVIII. É conhecida a explicação de Reinhart Koselleck para a interpretação de Friedrich Schlegel sobre *A batalha de Alexandre* de Albrecht Altdorfer (KOSELLECK, 2006, p. 21-23). Nos trezentos anos que separavam o filósofo do pintor, isto é, entre o início e o final da Idade Moderna, teriam ocorrido mudanças estruturais no modo de encarar o tempo e que tornaram

perceptível para Schlegel o anacronismo de Altdorfer. Particularmente nos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento gradativo de um conceito moderno de história teria se dado a partir de alguns elementos: a unificação de histórias individuais na ideia singular de História; a contestação e abandono das lições morais do passado; as metáforas óticas e a perspectiva como expressão da condição do historiador; e a compreensão da pesquisa histórica como produção de um sujeito que se reconheceria no passado (KOSELLECK *et al.* 2016, p. 85-118). A Idade Moderna se tornava assim autoestrada do contemporâneo e a consciência do anacronismo era a medida do percurso.

A crítica da vinculação entre consciência histórica e modernidade está no centro de uma agenda de pesquisa, a história das temporalidades. Um dos defensores dessa abordagem, Stefan Hanß (2019) chamou de “fetiche da precisão” a predisposição de historiadores como Febvre e Koselleck de generalizar, para as sociedades do passado, o desejo contemporâneo de precisão temporal, padronizando e julgando-as por esse critério. Para Matthew Champion (2019b, 2019a), outro defensor da causa, a história das temporalidades seria fundamentalmente interdisciplinar (ela reuniria estudiosos da História, História da Arte, da Sociologia e dos Estudos Literários) e, ao se diferenciar da história do tempo e abdicar da ruptura abrupta entre passado e modernidade, buscaria inspiração nos *Annales*, sobretudo em Braudel. Segundo Allegra Fryxell (2019) e Vanessa Ogle (2019), a história das temporalidades evitaria narrativas ocidentalizantes ao rejeitar o fetiche da precisão e exigiria um vocabulário mais preciso para se lidar com a pluralidade das experiências com o tempo.

Essa crítica e outras reflexões podem ser consideradas desnecessárias, tendo em vista a distinção do próprio Koselleck entre conceitos e categorias – o anacronismo não passaria de uma categoria analítica para traduzir conceitos do passado. No entanto, não se pode garantir que essa distinção seja estanque, e categorias meta-históricas podem ser trazidas ao plano histórico dos conceitos. Ao explorar a resposta de Koselleck para o anacronismo, Kari Palonen (2012) mostrou como a própria categoria de “politização” utilizada pelo autor era passível de historicização, da mesma forma que um conceito. Diante disso, a sugestão de Palonen foi que categorias não fossem tomadas como tais enquanto elas estivessem em disputa numa fonte ou período em questão (PALONEN, 2012, p. 92-93). Ora, essa orientação convém ao próprio anacronismo. O apelo ao seu estatuto de categoria para normatizar individualmente a prática historiográfica produziu, no conjunto das reflexões, disputas em torno do assunto que abrem espaço para que, agora, o anacronismo seja abordado como conceito.

A preocupação com o vocabulário do anacronismo é indicativa disso. A despeito de exceções (EBELING, 1937), até a última década deu-se pouca atenção para a

palavra “anacronismo”, suas definições, termos correlatos e usos particulares. Fazer isso exige suspender, mesmo que por um momento, a tendência de legislar por meio do anacronismo, evitando arbitrariamente dar a ele definições e povoar sua vizinhança semântica. Graças a isso, sabe-se, por exemplo, que não era pedantismo falar em “procronismo” ou “metacronismo”.

Quando o anacronismo surgiu no vernáculo europeu, entre os séculos XVI e XVII, ele existia em outro contexto linguístico. Margreta de Grazia (2010) mostrou como os termos “anacronismo”, “procronismo” e “metacronismo” tinham equivalentes na retórica: “hysteron proteron”, “prolepsis” e “analepsis”. A retórica (e não a consciência histórica moderna) explicaria a sensibilidade de sujeitos da época, como Lorenzo Valla. A fraude da *Doação de Constantino* seria evidente para Valla graças ao manejo inábil do latim, e não em razão de anacronismos. Achim Landwehr e Tobias Winnerling (2019) destacaram que o anacronismo e termos correlatos formariam um conjunto de marcadores temporais, chamados por eles de “cronismos”, e expressariam uma temporalidade particular. Nela, os personagens e eventos eram dispostos dentro de uma ordem sacralizada do tempo, de modo que “datar algo erroneamente” (significado que se encontra até hoje associado ao termo anacronismo) tinha implicações escatológicas. Por fim, Tim Rood, Carol Atack e Tom Philips (2020) examinaram um amplo conjunto documental e mapearam as relações estabelecidas pelo anacronismo em vários domínios da cultura. A história que contaram remete à Antiguidade e, ao transitar pela Idade Moderna, está repleta de atos de enunciação e releituras do anacronismo.

Tais pesquisas sobre a história do anacronismo não estão isoladas das disputas que se dão em torno do conceito. Elas retornam a esse debate maior, indicando, porém, o caráter contingente da discussão. De Grazia contrariava a ideia de que o tabu do anacronismo fosse simples respeito genérico à alteridade. Tal interdição seria resposta imediata a um modelo contemporâneo de conhecimento disciplinar que exigiria distanciamento. Landwehr e Winnerling propuseram que os cronismos da Idade Moderna fossem utilizados hoje em dia como “cronoferências”, isto é, termos de orientação cronométrica para descrever com precisão a disposição voluntariosa do tempo. Em vez de se oferecer explicações extensas ou cunhar neologismos, poderia se reciclar o vocabulário pretérito e orientá-lo para lidar contemporaneamente com arranjos não cronológicos de tempo. Rood, Atack e Philips se valeram da pesquisa histórica para mostrar o caráter ideológico da relação entre anacronismo e consciência histórica moderna e criticar pilares dessa interpretação (Petrarca, Valla, Altdorfer, entre outros). Para eles, classistas de formação, o anacronismo foi tanto conceito quanto categoria, o que permitiu que explorassem a riqueza das noções históricas dos antigos

gregos e romanos, bem como que argumentassem que os modernos produziram, anacronicamente, a Antiguidade.

Considerações finais

Ao final deste balanço, é seguro dizer que o conceito de anacronismo possui múltiplos sentidos que por vezes coexistem. É atribuição conceitual, obsolescência e erro de cronologia, criatividade artística, mistura deliberada de tempos, condição existencial, ferramenta intelectual, tabu e acusação profissional, e índice de consciência histórica. Tais significados atravessam disciplinas e se articulam a problemas particulares, como a relação entre conceito e contexto, a duração das obras de arte, a natureza do ofício do historiador e da consciência histórica moderna. Por isso, o conceito traz sempre ambiguidade e expressa com clareza o problema da nomenclatura: a palavra é a mesma; os significados, muitos. Em ambientes linguísticos diferentes, as discussões e os cânones mudam radicalmente e é razoável perguntar se existe, de fato, um único grande debate sobre o anacronismo. A despeito disso, não se deixa de reconhecer que o conceito, em sua multiplicidade de significados, existe numa paisagem historicamente heterogênea, se articulando a outros conceitos e problemas mais ou menos recentes.

O balanço oferece amplo panorama da bibliografia. Os quatro eixos da exposição permitiram apresentar autores, significados e problemas específicos ligados ao conceito, porém existem continuidades entre eles. No geral, as reflexões sobre o anacronismo estão entre a negatividade e a positividade que são características às suas definições. O anacronismo pode se apresentar, por um lado, como erro, obsolescência, tabu ou algo pré-moderno (isto é, ser indicativo de ausência) ou, por outro, como instrumento heurístico, policronia, agência histórica e sensibilidade própria da modernidade (isto é, ser marcador de presença). Diante dessa oposição, a literatura apresentou estratégias interdisciplinares para lidar com o anacronismo, como a elaboração de critérios e tipologias, a mudança e crítica de pressupostos, a negociação com a tradição e também a reafirmação do tabu. A multiplicação das reflexões produziu, além da positivação do anacronismo, condições para sua investigação histórica. Mas acima de tudo, o panorama mostra que o conceito de anacronismo não tem uma dinâmica ou história linear.

Um balanço não se resume, porém, a uma reunião de textos, e a própria opção por descrevê-los desempenhou aqui duas funções argumentativas. A primeira foi, por meio de uma revisão ampla das reflexões sobre o anacronismo, demonstrar que o conceito é utilizado por estudiosos em diversas áreas. O que leva à segunda função da descrição: colocar em suspensão a tendência intuitiva de normatizar a prática historiográfica por

meio do anacronismo. Recusou-se, de pronto, atribuir qualquer sentido ao anacronismo e avaliar suas implicações em favor de expor a polissemia já sedimentada no conceito. Desse modo, toda essa revisão tem um argumento fundamentalmente prático: ela evita o tabu e se afasta da polêmica imediata, busca espaço para respirar e, o mais importante, convida a olhar com estranhamento a naturalidade com que o conceito é invocado e mobilizado, sobretudo pelos historiadores de formação. Se o presente balanço inspirar pesquisas e reflexões, em especial o estudo histórico do anacronismo, terá cumprido seu propósito.

REFERÊNCIAS

ARAVAMUDAN, Srinivas. The return of anachronism. **Modern Language Quarterly**, Durham, v. 64, n. 4, p. 331-354, 2001.

ARNOVICK, Leslie K. It's a sign of times: uses of anachronism in medieval drama and postmodern novel. **Studia Neophilologica**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 157-168, 1993.

BARNES, Annette; BARNES, Jonathan. Time out of joint: some reflections on anachronism. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, Oxford, v. 47, n. 3, p. 253-261, 1989.

BARROS, José d'Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, Lisboa, v. 71, p. 155-180, 2017.

BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 18, p. 11-28, 2015.

BEVIR, Mark. When can we apply our concepts to the past? **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 282-287, 2004.

BLAAS, Piet B. M. **Continuity and anachronism**: parliamentary and constitutional development in whig historiography and in the anti-whig reaction between 1890 and 1930. Hague: Martinus Nijhoff, 1978.

BLAAS, Piet B. M. Some general remarks after thirty years. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 332-336, 2006.

BRUSH, Stephen G. Anachronism and the History of Science: Copernicus as an airplane passenger. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 255-264, 2004.

BOWMAN, Matthew. Shapes of time: melancholia, anachronism, and de-distancing. *In*: BOETZKES, Amanda; VINEGAR, Aron (org.). **Heidegger and the work of art history**. Farnham: Ashgate, 2014. p. 173-194.

BURKE, Peter. A short history of distance. *In*: PHILLIPS, Mark S.; CAINE, Barbara; THOMAS, Julia Adeney (org). **Rethinking historical distance**. New York: Palgrave Macmillan, 2013a. p. 21-33.

BURKE, Peter. Exemplarity and anti-exemplarity in early modern Europe. *In*: LIANERI, A. (org.). **The Western time of ancient history**: historiographical encounters with the Greek and Roman pasts. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 48-59.

BURKE, Peter. O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 39, p. 195-220, 2013b.

BURKE, Peter. **The Renaissance sense of the past**. London: Edward Arnold, 1969.

BURKE, Peter. Triumphs and poverties of anachronism. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 291-298, 2006.

CHAMPION, Matthew S. A fuller history of temporalities. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 255-266, 2019a.

CHAMPION, Matthew S. The history of temporalities: an introduction. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 247-254, 2019b.

CONDREN, Conal. A reflection on the problem of anachronism in intellectual history. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 288-293, 2004.

CONDREN, Conal. Political theory and the problem of anachronism. *In*: VINCENT, Andrew (org.). **Political theory**: tradition and diversity. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 45-66.

DASTON, Lorraine. The center cannot hold. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 231-236, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A história da arte como disciplina anacrônica. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 15-68.

DOSSE, François. De l'usage raisonné de l'anachronisme. **Espaces Temps**, [s. l.], v. 87-88, p. 156-171, 2005.

DUCHEYNE, Steffen. Ascribing contemporary scientific concepts to past thinkers: towards a frame-work for handling matters more precisely. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 274-290, 2006.

EBELING, Herman. The word anachronism. **Modern Language Notes**, [Baltimore], v. 52, n. 2, p. 120-121, 1937.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FISCHER, David Hackett. **Historians' fallacies**: towards a logic of historical thought. New York: Harper Perennial, 1970.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Elogio ao anacronismo: para os andróginos de Ismael Nery. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 414-443, 2014.

FRYXELL, Allegra R.P. Time and the modern: current trends in the history of modern temporalities. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 285-298, 2019.

GASKILL, Malcolm. Time's arrows. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 237-252, 2006.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E.H. Gombrich: notas sobre um problema de método. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a. p. 41-93.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b. p. 143-179.

GINZBURG, Carlo. Our words, and theirs: a reflection on the historian's craft, today. *In*: FELLMAN, S; RAHIKAINEN, M. (org.). **Historical knowledge**: in quest of theory, method and evidence. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p. 97-119.

GRAZIA, Margreta de. Anachronism. *In*: CUMMINGS, Brian; SIMPSON, James. (org.). **Cultural Reformations: Medieval and Renaissance in Literary History**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 13-32.

GREENE, Thomas M. **Le texte vulnérable**: essais sur la littérature de la Renaissance. Tradução de Max Vernet. Paris: Champion, 2002.

GREENE, Thomas M. Imitation and anachronism. **Light in Troy**: imitation and discovery in Renaissance poetry. New Haven: Yale University Press, 1982. p. 28-53.

HADDOCK, Adrian. Anachronism and the individuation of concepts. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 265-272, 2004.

HANß, Stefan. The fetish of accuracy: perspectives on early modern time(s). **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 267-284. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Dentro e fora da história**: sobre história. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-21.

HUNT, Lynn. Against presentism. **Perspectives on History**: the newsmagazine of the American Historical Association, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Qhb6RZ> Acesso em: 10 de jul. de 2020.

JARDINE, Nick. Uses and abuses of anachronism in the history of the sciences. **History of Science**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 251-270, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de história**. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LANDWEHR, Achim; WINNERLING, Tobias. Chronisms: on the past and future of the relation of times. **Rethinking History**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 435-455, 2019.

LESLIE, Margaret. In defense of anachronism. **Political Studies**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 433-447, 1970.

- LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. *In*: NOVAES, Adauto. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.
- LUZZI, Joseph. The rethoric of anachronism. **Comparative Literature**, Durham, v. 61, n. 1, p. 69-84, 2009.
- LYNCH, William T. The utility of the present in reconstructing science's past: historical counterfactuals and contemporary possibilities. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 241-250, 2004.
- MALDONADO CHAVES, Maria Eugenia. El anacronismo en la historia: ¿error o posibilidad? A proposito de las reflexiones sobre el tiempo em Carlo Ginzburg, Marc Bloch y Georges Didi-Huberman. **Historia y Sociedad**, Medellin, v. 30, p. 45-73, 2016.
- MITROVIC, Branko. Attribution of concepts and problems with anachronism. **History and Theory**, Middletown, v. 50, p. 303-327, 2011.
- MOST, Glenn W. Anachronisms. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 294-297, 2004.
- NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher. **Anachronic Renaissance**. New York: Zone Books, 2010.
- NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher. Towards a new model of Renaissance anachronism. **Art Bulletin**, New York, v. 87, n. 3, p. 403-415, 2005.
- OGLE, Vanessa. Time, temporality and the history of capitalism. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 312-327, 2019.
- OLDROYD, David. Anachronism and the 'history wars' in Australia. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 337-365, 2006.
- OLIVEIRA, Gustavo Ponciano Cunha de. A tipologia do anacronismo em Borges. **Remate dos Malês**, Campinas, v. 36, n. 1, p. 219-237, 2016.
- PALONEN, Kari. Reinhardt Koselleck on translation, anachronism and conceptual change. *In*: BURKE, Martin; RICHTER, Melvin. (org.). **Why concepts matter**: translating social and political thought. Leiden: Brill, 2012. p. 73-92.
- PRUDOVSKY, Gad. Can we ascribe to past thinkers concepts they had no linguistic means to express? **History and Theory**, Middletown, v. 36, n. 1, p. 15-31, 1997.

- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.
- ROOD, Tim; ATTACK, Carol; PHILIPS, Tom. **Anachronism and antiquity**. London: Bloomsbury Academic, 2020.
- RUBIN, Miri. Presentism's useful anachronisms. **Past and Present**, Oxford, v. 234, p. 236-244, 2017.
- SCHIFFMAN, Zachary Sayre. Renaissance. **The birth of the past**. Baltimore: John Hopkins University Press, p. 138-198, 2011.
- SILVA OLARTE, Renán. Del anacronismo en Historia y en Ciencias Sociales. **Historia Critica**, Bogotá, p. 278-299, 2009.
- ŠPELDA, Daniel. Anachronisms in the History of Science: an attempt at a typology. **Almagest**, Turnhout, v. 3, n. 2, p. 91-119, 2012.
- SYRJÄMÄKI, Sami. **Sins of a historian**: perspectives on the problem of anachronism. 2011. (Mestrado em História) School of Humanities and Social Sciences, University of Tampere, Tampere, Finlândia, 2011.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.
- SPOERHASE, Carlos. Zwischen den zeiten: anachronismus und präsentismus in der methologie der historischen wissenschaften. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 169-240, 2004.
- STOLL, Elmer Edgar. Anachronism in Shakespeare criticism. **Modern Philology**, Chicago, v. 7, n. 4, p. 557-575, 1910.
- STRAND, Daniel. A plea for anachronism. *In*: KÄLLÉN, Anna (org.). **Making Cultural History**: new perspectives on Western heritage. Lund: Nordic Academic Press, 2013. p. 141-150.
- TAMBLING, Jeremy. **On anachronism**. Manchester: Manchester University Press, 2010.
- TOLENTINO GARCIA, J. Adrán. La observación del anacronismo: una llave para la ética historiadora. **Historiografías**, Zaragoza, v. 14, p. 34-50, 2017.

TOSH, Nick. Anachronism and retrospective explanation: in defence of a present-centred history of science. **Studies in History and Philosophy of Science**, [s. l.], v. 34, p. 647-659, 2003.

TUCKER, Aviezer. Temporal provincialism: anachronism, retrospection and evidence. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 299-317, 2006.

VOIGT, André Fabiano. Qual a importância de uma época: anacronismo e história. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 23-44, 2017.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves é bacharel em História e Filosofia, mestre e doutorando em História Social. Dedicou-se predominantemente às áreas de História Intelectual e História Moderna e, atualmente, desenvolve pesquisa de doutorado a respeito das práticas eruditas do antiquário seiscentista inglês John Selden. É também autor do livro *Uma ilha assombrada por demônios*, publicado em 2014 e derivado da dissertação de mestrado, na qual investigou o discurso demonológico na Inglaterra do século XVII.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Alberto Nascimento Júnior, 178, apto 103 bloco 3, São Paulo, SP, 05595-040, Brasil.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP, Processo 2016/22915-9).

AGRADECIMENTO

Agradeço, pelas leituras, críticas e sugestões, aos professores Miguel Palmeira e Luis Filipe Silvério Lima, aos colegas Adriana Salay Leme, Branca Zilberleib, Bruno Zorek, Franco Della Vale, Isabela Amatucci, Júlio César da Silva, Lívia Orsati, Mariana Osés, e à minha companheira, Daniela Perutti.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor executivo.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 26 de abril de 2021.

Alterado em: 06 de julho de 2021.

Aprovado em: 13 de julho de 2021.